



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO: UM
ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL
CÔNEGO SCHERER, EM GUAÍBA/RS.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Fabiane da Silva Rosa

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2010**

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO
DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO SCHERER,
EM GUAÍBA/RS.**

por

Fabiane da Silva Rosa

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Rodrigues Flores

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE
CASO NO COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO SCHERER, EM
GUAÍBA/RS.**

elaborada por
Fabiane da Silva Rosa

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Luiza Rodrigues Flores, Dr.
(Orientadora)

Ana Paula da Rosa Cristino, Ms. (UFSM)

Patrícia Thoma Eltz, Ms. (SMEC)

Santa Maria, 18 de setembro de 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Rodrigues Flores, pelo apoio, dedicação, incentivo e paciência, que no momento mais difícil me acolheu e sanou minhas dúvidas.

Ao meu noivo, pais, irmãos e sobrinhos, a quem muitas vezes não pude dar a atenção necessária devido ao tempo dedicado a pesquisa e estudo.

Aos professores e tutores que dedicaram seu tempo tirando minhas dúvidas.

Ao Colégio Estadual Cônego Scherer – Guaíba/RS, principalmente ao diretor, ao setor pedagógico e aos meus colegas pela paciência ao responder meus questionamentos e empréstimo de material para pesquisa.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

AValiação INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO SCHERER, EM GUAÍBA/RS.

AUTORA: FABIANE DA SILVA ROSA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES

Local e Data da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 18 de setembro de 2010.

Esta monografia apresenta resultados de uma pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, tendo como *locus* o Colégio Estadual Cônego Scherer, em Guaíba – RS. A pesquisa teve como objetivo investigar, sistematizar e analisar os índices desta Escola, em relação aos indicadores de avaliação institucional, incluindo como fontes para a coleta de dados: o Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB, o CENSO ESCOLAR (MEC/INEP), o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS; e através de tabelas quantitativas, comparou-se o desempenho do Colégio com os índices gerais, nas 5^{as} e 8^{as} séries do Ensino Fundamental, e nas 1^{as} e 3^{as} séries do Ensino Médio; os índices de aprovação e reprovação gerais nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa de acordo com o do banco de dados do PROCERGS-ESCOLA. A pesquisa, sustentada nos referenciais da abordagem qualitativa em Educação, foi do tipo descritiva, analisando dados da realidade educacional da Escola investigada, a partir de um estudo de caso (LÜDKE e ANDRÉ, 2008). Para a análise dos dados, foram aprofundados referenciais da área da gestão educacional (LUCE e MEDEIROS, 2006; FRIGOTTO, 2007); e dos programas federais e estadual de governo voltados à avaliação escolar institucional (BRASIL, 2007; RIO GRANDE DO SUL, 2006; SOUSA, 1995; PERONI, 2006; SAVIANI, 2009). As análises realizadas na Escola evidenciaram que os maiores índices de reprovação ocorrem na 1^a série do Ensino Médio; a maior dificuldade que os alunos possuem é nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa; houve melhora do IDEB de 5^a a 8^a séries, que passou de 3,5 para 4,2 pontos e houve redução do percentual de reprovação na 3^a série do Ensino Médio no período investigado. A partir dos dados analisados, é possível observar que a Escola busca sanar suas deficiências na oferta de qualidade do ensino, utilizando-se de instrumentos de avaliação constante, em relação ao ensino-aprendizagem; ao clima escolar; à participação dos pais e da comunidade nas tomadas de decisão; à gestão de pessoas e de processos; à infra-estrutura e análise dos resultados de seu desempenho.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Políticas Públicas de Educação. Avaliação Institucional.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO SCHERER, EM GUAÍBA/RS.

INSTITUTIONAL EVALUATION OF EDUCATION: A CASE STUDY IN STATE COLLEGE CONEGO SCHERER, IN GUAÍBA/RS

AUTHOR: FABIANE DA SILVA ROSA

ADVISER: PROF^A. DR^A. MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES

Place and Date of Defence: Sapucaia do Sul/RS, September 18, 2010.

This monograph presents the results of a survey conducted as a final of the Specialization Course on *Sensu Lato*-Educational Management, Federal University of Santa Maria, and as the locus Colégio Estadual Cônego Scherer in Guaíba at Rio Grande do Sul. The research aimed to investigate, classify and analyze the contents of this School for indicators of institutional assessment, including as sources for data collection: The Development Index of Education - DIE, the School Census, the Evaluation System of Basic Education - ESBE, the National Secondary Education Examination - NSEE and the System of Evaluation of Educational Achievement of Rio Grande do Sul – SEEARS; and by tables qualitative compared the performance of the College with the general indexes, the 5th and 8th s grades of elementary school, and in the 1st and 3rd grade of high school, the rates of approval and disapproval general in the disciplines of Mathematics and Portuguese according to the database PROCERGS-ESCOLA. The research, supported on the reference of the qualitative approach in Education, was descriptive, analyzing data from the educational reality of the school investigated, from a case study (LÜDKE and ANDRÉ, 2008). For data analysis, were detailed references in the field of educational management (LUCE and Medeiros, 2006; FRIGOTTO, 2007), and federal and state government focused on the institutional school evaluation (BRAZIL, 2007; RIO GRANDE DO SUL, 2006 ; SOUSA, 1995; PERONI, 2006; SAVIANI, 2009). Analyses conducted at the School show that: the highest failure rates occur in the first year of high school, the greater difficulty that students have are in the disciplines of Mathematics and Portuguese; improvement of IDEB from 5th to 8th grades, which increased from 3.5 to 4.2 points, and reducing the percentage of failure in the third grade of high school. From the data analyzed, it is possible to observe that the school seeks to remedy their deficiencies in the quality of education in the form of ongoing assessment tools, such as teaching and learning, school climate, parental involvement and community in decision making, management people, process management, infrastructure and analysis of results performed by the school.

Key-words: Democratic Management. Public Policy. Institutional Evaluation.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – As principais diferenças entre FUNDEB e FUNDEF.....	23
TABELA 2 – Quadro comparativo entre as principais provas de avaliações em larga escala da Educação Básica.....	25
TABELA 3 – IDEB em nível nacional – Ensino Fundamental (5 ^a a 8 ^a série).....	38
TABELA 4 – IDEB em nível nacional – Ensino Médio.....	39
TABELA 5 – IDEB em nível de regiões – Ensino Fundamental (5 ^a a 8 ^a série).....	40
TABELA 6 – IDEB – Ensino Fundamental (5 ^a a 8 ^a série) – Nota Média do Brasil...	40
TABELA 7 – IDEB em nível de regiões – Ensino Médio	41
TABELA 8 – IDEB - Ensino Médio – Nota Média do Brasil.....	41
TABELA 9 – IDEB em nível do município de Guaíba – Ensino Fundamental (5 ^a a 8 ^a série).....	42
TABELA 10 – IDEB em nível do município de Guaíba – Colégio Estadual Cônego Scherer – Ensino Fundamental (5 ^a a 8 ^a série)	43
TABELA 11 – SAERS – Rede Estadual.....	45
TABELA 12 – SAERS – Nível de desempenho da 1 ^a série do Ensino Médio – CRE.....	45
TABELA 13 – SAERS – Nível de desempenho da 1 ^a série do Ensino Médio – Colégio Estadual Cônego Scherer.....	46
TABELA 14 – Banco de dados - Colégio Estadual Cônego Scherer - 5 ^a série Ensino Fundamental.....	48
TABELA 15 – Banco de dados - Colégio Estadual Cônego Scherer - 8 ^a série do Ensino Fundamental.....	49
TABELA 16 – Banco de dados - Colégio Estadual Cônego Scherer - 1 ^a série do Ensino Médio	50
TABELA 17 – Banco de dados - Colégio Estadual Cônego Scherer - 3 ^a série do Ensino Médio	51

LISTA DE SIGLAS

CAED - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
DIPRO – Diretoria de Programação e Desenvolvimento da Gestão Regionalizada
EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS
EF – Ensino Fundamental
EM – Ensino Médio
ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PAR – Plano de Ações Articuladas
PNE – Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROCERGS – Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RS – Rio Grande do Sul
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul
SEC – Secretaria de Educação
SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Modelo da autorização da Escola.....	60
--	----

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Gestão Educacional	14
2.2 Políticas Públicas de Educação	19
2.3 Avaliação Institucional	24
3 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	32
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS	60

1 APRESENTAÇÃO

Esta monografia tem como tema principal a avaliação institucional externa do Colégio Estadual Cônego Scherer, Guaíba/RS, tendo como objetivo investigar os índices desta Escola em relação aos indicadores de avaliação externa. A coleta de dados foi do tipo quantitativo, e envolveu as seguintes fontes em nível nacional: o Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB, o CENSO ESCOLAR, o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM; em nível estadual o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS e em nível da escola (banco de dados PROCERGS-ESCOLA). Já a análise dos dados contemplou também aspectos qualitativos, com ênfase nas repercussões dos resultados obtidos pela Escola para a melhoria de seu processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, teve como objetivo investigar os índices desta Escola em relação aos indicadores de avaliação externa, como o IDEB comparando o desempenho da escola com os índices gerais, nas 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental - EF, e na 1ª e 3ª séries do Ensino Médio - EM. No âmbito do Sistema Estadual, foram coletados os dados do SAERS, da 5ª e 8ª séries do EF e 1ª série do EM. Na Escola, foram coletadas tabelas dos índices de aprovação e reprovação nas séries citadas acima, juntamente com os índices nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa da Escola, no período de 2007 a 2009 registrados no PROCERGS-ESCOLA.

Este trabalho se justifica, tendo em vista minha trajetória discente, profissional e docente na Escola pesquisada, pois meu primeiro contato foi aos 10 anos de idade na 5ª série do antigo 1º Grau, estendendo-se até a 8ª série. Após terminar o 1º Grau, ainda continuei freqüentando a Escola, por possuir familiar trabalhando na mesma, e mais tarde, para ser mais exata há 7 anos atrás, deu-se início a minha carreira profissional na Instituição. A partir daí, fiz trabalhos como voluntária em aulas de reforço, estágio obrigatório e projetos de Engenharia Didática. Dessa forma, a escolha da Escola se deu por fazer parte na vida profissional da pesquisadora, por possuir vínculo empregatício com a Instituição, o que a remeteu à busca pela qualidade da educação da mesma, juntamente com a comunidade escolar.

Como a Escola envolve todos os seus funcionários e comunidade Escolar em benefício da qualidade da educação, todos temos a preocupação com o rendimento escolar, índices de aprovação e reprovação dos alunos e índices de avaliação externa, assim, foi esta preocupação que influenciou a pesquisadora dando-lhe motivação suficiente para o tema pesquisado, e, principalmente, na disciplina de Matemática, por ser graduada em Matemática.

O investimento do governo nas políticas de avaliação levou a Escola a participar do PDE Escola, no qual a comunidade escolar e os gestores fizeram levantamentos e pesquisas sobre a qualidade do ensino, a estrutura física, estrutura pedagógica, e foi o baixo IDEB que provocou esta participação, buscando o ensino de qualidade, uma escola de qualidade, de modo que, as relações interpessoais levem a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que os recursos humanos (professores, administração, funcionários) tenham formação e motivação; que as instalações sejam adequadas e que os pais participem ativamente na vida escolar do aluno. Assim, a partir do envolvimento de todos, buscamos a democratização da Gestão Escolar.

A pesquisa teórica e documental aprofundou três temas: Gestão Educacional; Políticas Públicas de Educação e Avaliação Institucional. Esses temas são trazidos no capítulo 2. Na seção 2.1, intitulada “Gestão Educacional”, foi feito um pequeno histórico da educação no Brasil, com suas mudanças, crescimento, vitórias e lutas. Na seção 2.2, intitulada “Políticas Públicas de Educação”, é feita a descrição do Programa Educação Para Todos, o Plano Decenal de Educação (1993-2003), a nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional - LDB 9394/96, o Plano Nacional de Educação - PNE, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, o Plano de Ações Articuladas - PAR e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Na seção 2.3, “Avaliação Institucional”, são apresentados índices de desempenho da escola em nível nacional (IDEB, SAEB, Censo Escolar, ENEM), estadual (SAERS) e da própria escola (banco de dados PROCERGS-ESCOLA).

No capítulo 3, “Metodologia”, é descrito o estudo do caso realizado na Escola, tendo sido realizado, também, uma pesquisa do tipo descritiva, com abordagem quali-quantitativa em Educação. Para a coleta de dados e análise foram

sistematizadas tabelas estatísticas sobre os índices da Escola nos diferentes sistemas de avaliações investigados.

No capítulo 4, “Apresentação e análise de dados” são apresentadas e comentadas tabelas sobre os índices de desempenho da Escola, conforme literatura estudada IDEB, ENEM e SAERS; e os índices de aprovação e reprovação dos alunos nos anos letivos de 2007 a 2009 (geral e nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa) retirado do PROCERGS-ESCOLA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Educacional

A educação no Brasil teve início com a chegada dos jesuítas, dentro de uma política de educação confessional organizada pela Igreja Católica, sendo que para os nobres faziam parte do currículo cursos de Humanidades, Filosofia e Ciências, enquanto os índios eram catequizados com o objetivo de serem dominados transformando hábitos e costumes já existentes. Com a Revolução Industrial na Europa, no século XVIII, os jesuítas são expulsos do país, dando início à Educação Pública no Brasil (DRABACH, 2009). No século XIX, com a chegada dos imigrantes que se estabeleceram no Sul do Brasil trouxeram novas práticas educacionais baseadas nas tradições pedagógicas de seus países de origem, deixando suas marcas na educação atual da população.

Dessa forma, no Brasil surge na década de 30, o campo da administração escolar, devido à necessidade de sua organização mediante a expansão industrial capitalista, mas segundo Drabach (2009), a prática administrativa existia, mas não existia o ensino para a população, por descaso dos governantes, desfavorecendo o desenvolvimento teórico da administração educacional. Nesta fase da educação teve influência do movimento pedagógico da Nova Escola, protagonizada por John Dewey.

Em função disso, no Brasil surge na década de 30 a administração escolar, devido a necessidade de sua organização mediante a expansão industrial capitalista, que foi influenciada pelas teorias clássicas de administração do fayolismo, taylorismo e o fordismo, que buscavam na educação o conhecimento técnico, científico e o conhecimento crítico, no qual o trabalhador fosse capaz de buscar soluções para os problemas do mercado de trabalho e da sua vida social, pois as indústrias precisavam de mão-de-obra alfabetizada marcando assim a história da legislação educacional brasileira. Segundo Ribeiro (1986), “[...] nesta fase o diretor é a autoridade que manda na escola, pois a lei lhe dá o direito e também

por ser de competência do seu cargo, assim temos uma educação ainda com objetivos da administração geral.” (RIBEIRO,1986, p.137).

Após a revolução industrial, busca-se um outro perfil de trabalhador, do tipo que tenha conhecimento técnico e científico, espírito crítico e autônomo, desta forma a educação nasce para as classes populares, segundo Frigotto (2006):

As classes populares necessitam dominar as tecnologias necessárias para transitar no mundo do trabalho, porém, não devem ser simplesmente treinadas para essas funções como era feito no modelo taylorista/fordista, onde na linha de produção, cada trabalhador necessitava tão somente desempenhar uma tarefa repetidamente, perdendo a noção de todo o processo e tornando-se alienado. Para romper com a alienação e promover a emancipação, a educação necessita incorporar além do conhecimento técnico e científico, o conhecimento crítico que gere um novo comportamento humano capaz de buscar soluções não só para os problemas imediatos do mercado de trabalho, mas também das questões que envolvem as demais instâncias da vida social, como a violência do sistema que exclui milhões de pessoas negando-lhes os direitos humanos básicos. (FRIGOTTO, 2006, p. 71-72)

Assim, através da necessidade de trabalhadores alfabetizados a partir da Revolução Industrial e da luta das classes trabalhadoras pelo direito à educação, deu-se início ao processo de educação das massas, que ocorre a partir de uma expansão numérica, mas com pouca qualidade, em condições precárias das escolas e com pouco investimento pelo poder público.

Desta forma, a educação brasileira desenvolveu seu caminho a partir da educação jesuítica em um paradigma centralizador e autoritário, na perspectiva de uma Administração Escolar aos moldes tradicionais e percorreu um longo caminho até chegar às concepções e práticas de Gestão da Educação. Nas últimas décadas do século XX, os movimentos educacionais e populares pós ditadura, vêm dar sustentação à conquista do Estado do Direito Democrático através das eleições de 1982, com a participação massiva da população para eleição direta à Presidência, nascendo assim a Constituição Federal de 1988.

A nova ordem constitucional consagrou a gestão democrática do ensino público como princípio, fato inédito em relação a constituições anteriores. O direito à educação ganhou detalhamento e amplitude, fato e texto que se produziram, de um modo ou outro, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas, como são chamadas as constituições municipais. (LUCE e MEDEIROS, 2006, p. 23)

Com a Constituição de 1988 foi assegurada a Gestão Democrática da Educação Pública, sendo um macrossistema que normatiza e gere as Políticas Públicas da Educação no Brasil, fazendo parte as esferas Federal, Estaduais e Municipais. Mas a organização democrática da escola, além de sua normatização, necessita da participação de todos, como escreve Luce e Medeiros (2006).

Para isso, a organização democrática, aquela que visa objetivos transformadores, não pode prescindir da participação efetiva dos envolvidos, dos interessados, nas deliberações da escola, ao mesmo tempo em que exige do Estado as condições para sua autonomia e funcionamento qualificado. Frisa-se aqui a necessidade da participação de todos, pais e estudantes, e não só da direção que é dada pelos funcionários públicos, evitando-se assim a supremacia dos interesses corporativos aos interesses educacionais coletivos; e a necessidade de recursos públicos suficientes para a manutenção das escolas, evitando processos de privatização que, de forma camuflada ou explícita, demandam que a escola organize processos de captação de recursos. (LUCE e MEDEIROS, 2006, p. 20)

A partir dos capítulos de Gestão Educacional da Constituição Federal e da LDBEN/96 foi que o conceito de Gestão Escolar começa a entrar em prática nas Escolas, de forma lenta e gradual. A Gestão Educacional é o macrossistema que gera mecanismos para as instituições e obtêm a participação social nas políticas da educação, objetivos, planejamento, execuções e avaliação, segundo Luce e Medeiros (2006).

A nova ordem constitucional consagrou a gestão democrática do ensino público como princípio, fato inédito em relação a constituições anteriores. O direito à educação ganhou detalhamento e amplitude, fato e texto que se reproduziram, de um modo ou de outro, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas, como são chamadas as constituições municipais. (LUCE e MEDEIROS, 2006, p. 23).

Na década de 80 e 90, a sociedade brasileira sofreu grandes transformações na educação, pois a escola se tornou uma instituição importante para o Estado democrático, com a elaboração do capítulo da educação na Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN/96.

A partir do paradigma da Gestão Educacional, temos a democratização da Gestão Escolar, no microsistema responsável pelo ensino-aprendizagem de todos os cidadãos, onde ganha autonomia na área pedagógica, administrativa, financeira e participação da comunidade escolar (alunos, professores, pais, direção, funcionários e membros da comunidade externa), visando formar indivíduos autônomos, capazes de falar.

[...] a democratização da educação está mais associada à democratização do acesso e a estratégias globais que garantam a continuidade dos estudos, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação universalizada. Estas são questões de base, que muitas vezes originaram a luta pela gestão democrática, ainda que colocadas como “ pano de fundo “ , enquanto elementos ou associados a descentralização do poder deliberativo na gestão educacional. [...] (LUCE e MEDEIROS, 2006, p. 19)

Então, as Políticas Públicas e a Gestão Educacional tem como objetivos:

[...] a investigação do sistema educacional brasileiro, a partir das políticas públicas vigentes e suas relações com as transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas e seus impactos sobre a sociedade e o ensino. Abrange a linha, as temáticas que envolvem o sistema nacional de educação e avaliação em sua totalidade, portanto, em nível federal, estadual e municipal, soma-se ainda a análise e o acompanhamento crítico da legislação atual, do Plano Nacional da Educação, das Reformas de Ensino confrontadas um diagnóstico atual e contínuo e real das necessidades da sociedade brasileira. [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - PPP, 2006, p. 7)

Entende-se as Políticas Públicas, segundo Guareschi (2004), como:

“[...] um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.” (GUARESCHI, 2004, p. 180).

O Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2010f) foi sancionado em janeiro de 2001 pela Lei nº 10.172/2001, documento composto de um diagnóstico da realidade educacional brasileira e das diretrizes e das metas a serem executadas por todos os entes federados nos próximos dez anos. O PNE traz também a

obrigatoriedade de Estados, Distrito Federal e municípios elaborarem seus respectivos planos decenais. O Plano tem como objetivos e prioridades:

Os objetivos:

- . A elevação global do nível de escolaridade da população;
- . A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- . A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e
- . Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2010g).

As prioridades segundo o dever constitucional e as necessidades sociais:

1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos [...], 2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. [...]
3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior. [...]
4. Valorização dos profissionais da educação. [...]
5. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional [...]. (BRASIL, 2010g).

Neste ano foi realizada a Conferência Nacional de Educação – CONAE, que produziu um documento base que servirá como referência para a elaboração do novo PNE (2011-2020), dos próximos 10 anos, nesta conferência são tomadas decisões com a participação da sociedade brasileira, com base na LDBEN e Constituição Federal.

Foi objetivo da CONAE bem como das conferências que a precederam discutir e indicar diretrizes e estratégias de ação para a configuração de um novo PNE. Ela constituiu um espaço privilegiado de decisões coletivas e é protagonista da estratégia de participação da sociedade brasileira no movimento de construção do novo Plano. A participação dos movimentos sociais e da sociedade civil bem como da sociedade política propiciou as condições necessárias para que o novo PNE se consolide como política de Estado. (BRASIL, 2010b, p. 34).

A LDBEN/96, Brasil (2010e), democratiza a escola dando-lhe liberdade, assim como o artigo 14 descreve sobre a gestão democrática no ensino brasileiro:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2010e)

A LDBEN/96 dispensa atenção particular à Gestão Escolar, marcando a escola como um novo foco da política educacional. A seguir temos as suas incumbências, segundo Luce e Medeiros (2006):

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- 1) Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- 2) Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- 3) Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- 4) Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- 5) Prover meios para a recuperação de alunos de menor rendimento;
- 6) Articular-se com famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- 7) Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (LUCE e MEDEIROS, 2006, p. 34)

Hoje, o Estado depende dos mercados financeiros e do financiamento internacional, levando a Política Educacional a se afastar dos objetivos originais, pois os países emergentes, como o Brasil, nas relações internacionais tem que se adequar aos acordos e metas estabelecidos aos países.

O neoliberalismo surge com a crise do sistema capitalista, pois os países mais favorecidos são os desenvolvidos, por investirem fortemente em pesquisa científica e tecnológica, tornando os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento seus dependentes.

Na próxima seção 2.2, serão abordadas as políticas públicas de educação do Brasil, com seus planos de governo, programas, fundos e ferramentas para avaliar a qualidade da educação no Brasil.

2.2 Políticas Públicas de Educação

Nas políticas públicas temos os programas de governo, como por exemplo, o Programa Educação Para Todos, financiado pelo Banco Mundial, que beneficia financeiramente os países em desenvolvimento para a qualidade na educação básica, assim foi elaborado pelo Ministério da Educação – MEC, o Plano Decenal de Educação para Todos destinados a cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos. E a LDBEN/96 define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1988.

A Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, em 1990, foi um marco para as políticas internacionais, pois seu objetivo principal foi defender a qualidade da educação básica. Na sequência, tivemos o Fórum Mundial da Educação realizado em Dacar, no Senegal, em 2000, que foi efetuado para reafirmar o empenho com a educação, estipulando metas para 2015 quando todas as crianças deveriam ter acesso à educação básica gratuita e de boa qualidade.

Os seis objetivos do Programa Educação Para Todos são os seguintes:

1. Desenvolver e melhorar a proteção e a educação da primeira infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.
2. Proceder de forma a que, até 2015, todas as crianças tenham acesso a um ensino primário obrigatório gratuito e de boa qualidade.
3. Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos, tendo por objetivo a aquisição de competências necessárias.
4. Melhorar em 50% os níveis de alfabetização dos adultos, até 2015.
5. Eliminar a disparidade do gênero no acesso à educação primária e secundária até 2005 e instaurar a igualdade nesse domínio em 2015.
6. Melhorar a qualidade da educação. (UNICEF - Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 2010)

Dentre os programas de governo desenvolvidos nos últimos anos, temos o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que é um instrumento de planejamento, onde é o primeiro passo para a escola deixar de ser burocrática e buscar mudanças, contribui para definir o que é a escola, o que ela pretende fazer, aonde ela pretende chegar, de que maneira e com quais recursos. O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE foi lançado em abril de 2007, pelo governo federal e seu objetivo principal está voltado para monitorar a qualidade da educação oferecida e a permanência dos alunos na escola.

O parâmetro para avaliação do PDE é o Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB em cada escola nos seus respectivos municípios. Isto se efetiva através: da Avaliação Nacional da Educação Básica - SAEB, e Avaliação Nacional de Rendimento Escolar através da Prova Brasil. Os municípios com desempenho abaixo do esperado recebem recursos financeiros, desde que cumpram as metas previstas para 2022.

Segundo o documento do PDE disponível em Brasil (2006) os líderes escolares tem a incumbência de:

- Criar um ambiente de trabalho com pessoas motivadas dando o melhor de si;
- Manter as pessoas informadas e envolvidas, mostrando como elas fazem parte e são importantes no quadro mais amplo da escola;
- Promover a comunicação e o desenvolvimento das pessoas para que cada indivíduo possa fazer o melhor do seu trabalho;
- Delegar responsabilidades e autoridade para que as pessoas não apenas façam o que lhes é dito para fazer, mas tomem iniciativas e busquem constantemente fazer melhor o seu trabalho. (BRASIL, 2006, p. 17).

A liderança da escola deve iniciar o processo democrático no qual os líderes compartilham decisões com professores, alunos, pais e comunidade, visando um melhor desempenho da escola, assim temos o exercício da Gestão Escolar Democrática.

A Gestão Escolar é o microssistema, a escola, onde todos os envolvidos são gestores e o diretor/gestor tem o papel de oportunizar a participação de todos e fazer o trabalho burocrático, como prestação de contas, organização, cumprir o planejamentos e entre outros encargos.

O papel do gestor/diretor, segundo Libâneo (2003):

[...] o aspecto burocrático de determinada escola diz respeito em geral a existência de uma autoridade legal, com base na qual se estabelecem outros níveis hierárquicos [...] o diretor coordena, organiza e gerência todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais elementos do corpo técnico-administrativo e do corpo de especialistas. Atende as leis, aos regulamentos e as determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino. (LIBÂNEO, 2003, p. 341)

O PDE como um sistema macro, precisa de instrumentos para dar apoio técnico e financeiro, para isso foi criado o PAR que tem a representação da comunidade e se efetiva como um plano de metas da escola (micro). Para que isto aconteça é necessário que a escola trabalhe numa perspectiva de Gestão Democrática, com Gestores no papel estratégico que garantam junto a comunidade escolar a qualidade da educação.

Assim, com a democracia nas escolas e na nossa vida, busca-se um ensino de qualidade, uma escola de qualidade, de modo que, as relações interpessoais levem a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que os recursos humanos (professores, administração, funcionários) tenham formação e motivação; que as instalações sejam adequadas e que os pais participem ativamente na vida escolar do aluno e para que tudo isso funcione é necessário recursos financeiros e a organização do comitê local do Plano de Ações Articuladas (PAR).

O PAR - instrumento fundamental para a melhoria do IDEB - é o conjunto de ações, que possui o apoio técnico e/ou financeiro do Ministério da Educação, visando cumprir o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, com adesão dos Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, onde estes devem organizar um comitê local do PAR, para mobilizar a sociedade a acompanhar as metas de evolução do IDEB. Podem participar do comitê representantes da sociedade civil - como associações de empresários e trabalhadores - Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público. (BRASIL, 2010f)

Na Seção II do DECRETO nº 6094/97, que orienta a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (2010a), temos os artigos abaixo:

Art. 9º O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes. [...] Art. 10. O PAR será base para termo de convênio ou de cooperação, firmado entre o Ministério da Educação e o ente apoiado. [...] Art. 11. O monitoramento da execução do convênio ou termo de cooperação e do cumprimento das obrigações educacionais fixadas no PAR será feito com base em relatórios ou, quando necessário, visitas da equipe técnica. [...] Art. 12. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação. Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2010a, art. 9º)

De acordo com o Brasil (2010a) o funcionamento do comitê é dever dos estados e dos municípios, garantindo infra-estrutura para a construção de uma educação de qualidade que seja para todos.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB, a partir de jan/2007 até 2020, veio para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006), abrangendo o aumento do compromisso da União com a educação básica, ampliando o financiamento de R\$ 500 milhões (do FUNDEF) para R\$ 5 bilhões de investimento ao ano, com um fundo único para toda a educação básica, não apenas para o ensino fundamental como era no FUNDEF. Este fundo “[...] foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao FUNDEF. [...]” (BRASIL, 2010d).

Na tabela a seguir (LIMA, 2006) temos as principais diferenças entre o FUNDEF e a proposta original do FUNDEB:

TABELA 1 – As principais diferenças entre o FUNDEB e o FUNDEF

FUNDEB	FUNDEF
Aumenta a vinculação federal = de 18% para 20%	Não há recursos novos
Vigência sem prazo definido	10 anos de vigência (até dezembro / 2006)
União é co-responsável pela EB	União só complementa custos do EF
Planos Estaduais e Municipais definem valores (\$)	Decreto federal define valores custo-aluno (\$)
Abrange Ed. Básica (EB=EI, EF, EM, EE e EJA)	Abrange Ensino fundamental regular
Estabelece Piso salarial	Há Média salarial, não estabelecida previamente
80% para profissionais da educação	60% para magistério
100% do TOTAL dos recursos vinculados	60% de ALGUNS dos recursos vinculados

Fonte: (LIMA, 2006, p. 77)

Atualmente, é através do FUNDEB que o Brasil distribui os recursos financeiros destinados à educação, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico dos estados e de acordo com o número de alunos da educação

básica, com base em dados do Censo Escolar do ano anterior, em escalas federal, estadual e municipal, abrangendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

O PAR é um instrumento fundamental para a melhoria do IDEB, pois seu conjunto de ações possui o apoio técnico e/ou financeiro do Ministério da Educação, que beneficia as escolas para melhorarem o desempenho através dos mecanismos de avaliação institucional que serão apresentados a seguir. Na próxima seção deste capítulo, serão apresentados os tipos de avaliações externas atualmente utilizados e que foram investigados neste estudo: a Provinha Brasil, Prova Brasil, IDEB, Educacenso, SAEB, ENCCEJA e ENEM em nível nacional e em nível estadual o SAERS.

2.3 Avaliação Institucional

Na sociedade moderna, avaliamos e somos avaliados, desta forma podemos fazer uma análise das metas a serem cumpridas e melhoradas. Na educação também não poderia ser diferente, por tratar-se de uma política social que acompanha o processo da sociedade. No Brasil, a avaliação do rendimento escolar vem sendo feito nos últimos anos, em instituições públicas e privadas por tratar-se de uma política social que acompanha o processo da sociedade. No Brasil, a avaliação do rendimento escolar vem sendo feito nos últimos anos, em instituições públicas e privadas, através da Provinha Brasil, Prova Brasil, Educacenso, SAEB, ENCCEJA e ENEM. Assim temos a avaliação como uma ferramenta pedagógica, administrativa e estrutural, que fornece informações aos agentes escolares, para que esses tomem as decisões necessárias com a aprendizagem do aluno.

Pensar em uma avaliação que envolva as escolas, com todos os seus segmentos; as Secretarias de Educação, com suas políticas locais; e o Ministério da Educação, pensando na autonomia dos entes federados, mas também nas suas responsabilidades, é um grande desafio para a democratização da gestão da educação básica hoje e condição indispensável para o avanço da qualidade da educação no país. (PERONI, 2006, p. 149)

Avaliação Institucional é um processo, que mede a qualidade das escolas públicas e privadas e as ações dos educadores, desta forma as instituições educacionais começam a buscar novos métodos e técnicas para melhorar a qualidade de ensino.

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (SOUSA, 1995, p. 63 apud SOUSA, 1999, p. 4).

Abaixo temos a tabela de instrumentos avaliativos presentes hoje no sistema nacional de avaliação da educação elaborada pela autora Peroni (2006):

TABELA 2 – Quadro comparativo entre as principais provas de avaliação em larga escala da Educação Básica

Avaliação da Educação Básica	Provinha Brasil	Prova Brasil	SAEB	ENEM	ENCEJA
Ano de criação	2008	2005	1990	2010	2002
Objetivo	Avaliar habilidades relativas a alfabetização e ao letramento inicial dos estudantes	Avaliar habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco em resolução de problemas)	Avaliar Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco em resolução de problemas)	Avaliar estudantes que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio em anos.	Certificar e avaliar as habilidades e competências básicas e construir um indicador qualitativo que possa ser incorporado à avaliação de políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos.
População Alvo	Estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental após um ano de escolarização.	Estudantes do ensino fundamental, de 4 ^a a 8 ^a series de escolas públicas localizadas	Estudantes de 4 ^a a 8 ^a series do ensino fundamental e do 3 ^o ano do ensino médio, da	Estudantes que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio.	Jovens e Adultos que não tiveram oportunidade de acesso a escolaridade regular na idade

		em área urbana. A avaliação é censitária, e assim oferece resultados de cada escola participante, das redes do âmbito dos municípios, dos estados, das regiões e do Brasil.	rede pública e da privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural. A avaliação é por amostra nem todas as turmas e estudantes das séries avaliadas participam da prova.		apropriada.
Nível de Abrangência	Adesão voluntária e aberta a todos os gestores das redes públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal.	A avaliação é quase universal: todos os estudantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas do Brasil com mais de 20 alunos na série. Por ser universal expande o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB. Como resultado, fornece as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e escolas participantes.	A avaliação é amostral, ou seja, apenas parte dos estudantes brasileiros das séries avaliadas participam da prova. Por ser amostral, oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação.	Adesão individual e voluntária.	Adesão individual e voluntária.

Fonte: (PERONI, 2006 apud TRIVIÑOS, 2009, p. 43)

O IDEB foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007 e reúne dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar obtido através do Censo Escolar - levantamento de dados estatístico-educacionais sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar

de âmbito nacional - e as médias de desempenho nas avaliações do SAEB e a Prova Brasil. Sendo que nosso País, até 2022, tem como meta alcançar à média 6,0, que foi a nota padrão definida pelo governo atual.

Com o IDEB, os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino passaram a ter metas de qualidade para atingir. Isso porque os tais sistemas comprometerem-se com o plano de metas estabelecidos, em que o padrão de qualidade é o IDEB. Criado por meio de decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, constitui-se em um instrumento que visa regulamentar o regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios. O decreto [...] visa à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica [...], bem como a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira. (OLIVEIRA, 2009, p. 205)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e a Prova Brasil avaliam a qualidade do ensino, através de testes padronizados com questões de Língua Portuguesa e Matemática e questionários socioeconômicos, nas turmas de 4^a série (5^o ano) e 8^a série (9^o ano) do Ensino Fundamental – EF e 3^a do Ensino Médio - EM. Na escola avaliada os professores e diretores também respondem a questionários sobre o perfil profissional e as condições de trabalho, a partir destes resultados o governo pode melhorar a qualidade do ensino direcionando recursos técnicos e financeiros para áreas com mais deficiências.

Segundo Peroni (2009) a base metodológica é a mesma entre o SAEB e a Prova Brasil, o que difere é na população de estudantes a ser aplicada e os resultados que oferecem. A seguir temos algumas colocações sobre as provas:

1 A metodologia utilizada permite que todos os dados sejam compatíveis ao longo do tempo, ou seja, pode-se acompanhar a evolução dos desempenhos das escolas, das redes e do sistema como um todo;

2 A metodologia adotada na construção e aplicação dos testes do SAEB e Prova Brasil é feita para avaliar redes ou sistemas de ensino, e não alunos individualmente. Os resultados são produzidos a partir da aferição das habilidades e competências propostas nos currículos para serem desenvolvidas pelos alunos em determinadas etapa da educação formal. Como os currículos são muito extensos, um aluno não responde a todas as habilidades neles previstas, em uma única prova. Um conjunto de alunos responde a várias provas. Desta forma, os resultados não refletem a porcentagem de acertos de um aluno respondendo a uma prova, mas a de um conjunto de alunos, respondendo às habilidades do currículo proposto, distribuídas em várias provas diferentes;

3 As médias do SAEB e da Prova Brasil não vão de zero a dez, como as avaliações tradicionais cujas notas refletem o volume de conteúdos que o

estudante acerta. As medias são apresentadas em uma escala de desempenho capaz de descrever, em cada nível, as competências e as habilidades que os estudantes desses sistemas demonstram ter desenvolvido. Há uma escala descrita para as habilidades em Língua Portuguesa e outra para Matemática.

4 Dentro de cada uma das disciplinas, a escala é única e cumulativa, para todas as séries avaliadas, isto é, quanto mais o estudante caminha ao longo da escala, mais habilidades terá acumulado. Portanto, a expectativa é que alunos da 8ª série alcancem médias numéricas maiores que os da 4ª série;

5 A adesão é voluntária nas duas provas, mas no SAEB é por sorteio e na Prova Brasil as secretarias estaduais e municipais de educação decidem sobre a participação, isto é, todas as que quiserem podem participar;

6 As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do IDEB, ao lado das taxas de aprovação. (PERONI, 2009, p. 289-290)

Peroni (2006) relata que no início o SAEB tinha como base a discussão com os Estados, a qual foi interrompida a partir da terceirização da prestação deste serviço, a partir de 1995:

O próprio Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, no início, constituía sua matriz como base nas discussões com os estados, procedimentos que foi interrompido com a terceirização, sendo que, a partir de 1995, passaram a ser entidades de fora do Estado que definiam a Avaliação Institucional, sem haver consultas ou debates com os setores envolvidos no processo. Verificamos mais uma vez, nos anos 90, os atores envolvidos no debate educacional foram silenciados. (PERONI, 2006, p. 152).

A Provinha Brasil é uma avaliação dos níveis de alfabetização, das crianças matriculadas no 2º ano da Educação Infantil, nas escolas públicas brasileiras, sem fins classificatórios, sendo aplicada em duas etapas no início e no término do ano letivo, desta forma os professores e gestores educacionais diagnosticam as habilidades de leitura dos alunos avaliados. Esta provinha se diferencia dos demais instrumentos de avaliação que são analisados de forma centralizada, pelo INEP, uma vez que a partir das informações obtidas pela avaliação, os gestores e professores têm condições de intervir de forma mais eficaz no processo de alfabetização aumentando as chances de que todas as crianças, até os oito anos de idade, saibam ler e escrever, conforme uma das metas previstas pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

De fato, a alfabetização é a porta de entrada e a pedra de toque do sistema de ensino em seu conjunto. Mas é ilusão pensar que a alfabetização é apenas um momento inicial do processo de aprendizagem, acreditando-se

que ela se completa ao final do primeiro ou do segundo ano do Ensino Fundamental. Nesta fase inicial, as crianças podem chegar a dominar os mecanismos da linguagem escrita. Mas reconhecer as estruturas formais da língua não é ainda incorporá-las. Ao final do primeiro ou do segundo ano, é possível que as crianças as reconheçam. A incorporação, porém, vai dar-se mediante o conjunto do currículo escolar, num trabalho pedagógico que se estende pelos anos subseqüentes. (SAVIANI, 2009, p. 36)

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) avalia as habilidades e competências dos jovens e adultos, que não tiveram oportunidade de acesso ao ensino regular em idade apropriada. O participante poderá obter a certificação de conclusão do EF ou EM, desde que tenham alcançado a média mínima 100 (cem) exigida em cada uma das provas.

Segundo Viero (2009) o ENCCEJA tem um ensino fraco, com currículo rebaixado e professores desqualificados:

Observando o funcionamento da educação de jovens e adultos nas escolas públicas estaduais, compreendemos que a base disciplinar não precisa ser forte e singular, mas sim, mais fraca e geral para que seus poucos saberes sejam distanciados dos saberes eruditos. A racionalidade econômica quer da escola e em particular da educação de jovens e adultos apenas medir, controlar, ajustar e adaptar. Para isso basta o ensino por etapas que equivalem a um semestre, com quatro dias de aula por semana e com um currículo rebaixado, que não inclui na língua portuguesa o estudo da literatura, por exemplo. Não é preciso também que os professores de educação de jovens e adultos tenham uma formação específica. (VIERO, 2009, p.144).

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998, para avaliar o desempenho dos estudantes concluintes ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores, onde os resultados podem ser utilizados para concorrer a bolsa no Programa Universidade para Todos (PROUNI), nas universidades privadas cadastradas. Atualmente, o ENEM também é o principal sistema de seleção das universidades federais, substituindo gradativamente os tradicionais vestibulares. Recentemente o ENEM está sendo utilizado para obter a certificação do EM considerando alguns requisitos.

Art. 2º O interessado deverá observar os seguintes requisitos:
I - ter 18 (dezoito) anos completos até a data de realização da primeira prova do ENEM;
II - ter atingido o mínimo de 400 pontos em cada uma das áreas de conhecimento do ENEM;

III - ter atingido o mínimo de 500 pontos na redação.

Parágrafo único. Para a área de linguagens, códigos e suas tecnologias, o interessado deverá obter o mínimo de 400 pontos na prova objetiva e, adicionalmente, o mínimo de 500 pontos na prova de redação.

Art. 3º O INEP disponibilizará às Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia as notas e os dados cadastrais dos interessados, nos termos do art. 1º, por meio do sítio (<http://sistemassenem.inep.gov.br/EnemSolicitacao/>).

Art. 4º Compete às Secretarias de Educação e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definir os procedimentos para certificação no nível de conclusão do ensino médio com base nas notas do ENEM 2009. (BRASIL, 2010c).

O ENEM surge também para substituir a certificação do ENCCEJA no Ensino Médio para maiores de 18 anos, oportunizando ao aluno concorrer a uma vaga ao PROUNI. Estes alunos que se beneficiam da certificação e do PROUNI precisarão ser acompanhados quando do seu ingresso no Ensino Superior, tendo em vista que se trata de uma política recente visando beneficiar os alunos, mas que acaba possibilitando a conclusão do EM sem a vivência e a aprovação dos três anos regulares previstos na LDBEN/96.

Focando, ainda, as políticas externas de avaliação utilizadas no Estado do Rio Grande do Sul – RS temos o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS, que foi criado em 2007, para obter informações sobre a qualidade do ensino nas escolas públicas gaúchas das redes estaduais (urbanas e rurais) e nas redes municipais e particulares cujas mantenedoras aderirem ao SAERS, nas turmas da 2ª e 5ª série (3º e 6º ano) do EF e as turmas do 1º ano do EM, com provas de Língua Portuguesa (leitura e interpretação de textos e ditado de frases na 2ª série/3º ano) e Matemática (resolução de problemas) e questionários aos alunos, professores e diretores, para identificar as condições internas e externas da escola que interferem no desempenho escolar dos alunos. (RIO GRANDE DO SUL, 2010)

O resultado do SAERS conforme o *site* da Rio Grande do Sul (2010), serve para:

- Implementação de ações de formação continuada de professores;
- Divulgação das boas práticas de escolas com melhores resultados;
- Identificação de escolas com resultados insuficientes para receber apoio do poder público e replanejamento de sua gestão e ação pedagógica. (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Pelo fato do SAERS ser um programa de governo do RS e com as eleições chegando, pode-se esperar que este sistema de avaliação seja interrompido, como acontece nas trocas de governos, onde projetos e planos são esquecidos, ocorrendo assim, a descontinuidade desta Política e o desperdício dos recursos financeiros públicos.

Outra ferramenta utilizada para a coleta de dados desta pesquisa, o Banco de dados chamado de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS-ESCOLA) fornecido pelo governo do estado que tem como objetivo organizar o cadastro da escola, recursos humanos, curso, base curricular, procedimentos de avaliação, aluno, calendário, turmas, matrícula e diário de classe. Os dados do banco são enviados periodicamente para a Secretaria de Educação.

A seguir no capítulo 3, será abordada a metodologia de pesquisa utilizada no decorrer do trabalho, como o estudo do caso da Escola.

3 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será abordada a metodologia utilizada na pesquisa, assim fazendo uso das palavras de Minayo (2007) sobre metodologia, pesquisa e teoria. Para esta autora, metodologia é “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida da realidade [...]”, assim temos como ferramentas para o pesquisador o método, as técnicas e a criatividade; já a pesquisa é “[...] a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade [...]”; e na teoria temos os “[...] conhecimentos que foram construídos cientificamente sobre determinado assunto [...]”. (MINAYO, 2007, p.14-16).

O trabalho teve início com a pesquisa teórica sobre gestão educacional, políticas públicas de educação e avaliação institucional, sendo realizado o estudo do caso no Colégio Estadual Cônego Scherer, no período de 2007 a 2009, onde foi feita a coleta de dados quantitativos sobre aprovação e reprovação gerais; e nas disciplinas de Matemática e Português das seguintes séries: 5^a e 8^a séries do EF e 1^a e 3^a séries do EM.

Estudo do caso, segundo Triviños (2001), “[...] é um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente [...]” (TRIVIÑOS, 2001, p. 74) e para Lüdke e André (2008) o estudo do caso na educação é sempre bem delimitado, o caso pode ser similar a outro, mas se difere pelo interesse e é sempre qualitativo, abaixo algumas características deste tipo de pesquisa:

1 Os estudos de caso visam a descoberta. [...] 2 Os estudos de caso enfatizam a interpretação em contexto. [...] 3 Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. [...] 4 Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação. [...] 5 Os estudos de caso revelam a experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. [...] 6 Estudos de caso procuram representar os diferentes e as vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. [...] 7 Os relatos do estudo do caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. [...] (LÜDKE E ANDRÉ, 2008, p.18-20)

Para o aprofundamento teórico, foram analisadas obras sobre gestão educacional de autores como: Luce (2006), Frigotto (2006), Ribeiro (1986), Guareschi (2004), Universidade Federal de Santa Maria (2006); sobre políticas

públicas de educação foram analisadas obras, decretos e sites como: Frigotto (2006), UNICEF (2010), BRASIL (2001; 2006; 2007; 2010), Lima (2006); e na avaliação institucional temos: Saviani (2009), Triviños (2009), Oliveira (2009), Peroni (2006), Sousa (1995), Rio Grande do Sul (2010) estes foram algumas obras pesquisadas.

Então a monografia aborda o estudo do caso do Colégio Estadual Cônego Scherer, sendo feita a coleta de dados quantitativos dos índices de avaliação institucional e de aprovação e reprovação dos alunos no decorrer dos anos letivos, em 2007 a 2009. A Escola foi escolhida por fazer parte da vida profissional da pesquisadora, por possui vínculo empregatício com a Instituição e por buscar junto a comunidade escolar a qualidade da educação da mesma. Tendo como objetivos investigar, sistematizar e analisar os índices da Escola, em relação aos indicadores de avaliação institucional, comparando o desempenho da escola com os índices gerais, nas 5^{as} e 8^{as} séries do EF, e nas 1^{as} e 3^{as} séries do EM.

O estudo de caso teve como problematização:

Qual diagnóstico os índices obtidos pelo Colégio Estadual Cônego Scherer na avaliação externa oferecem sobre o desempenho escolar dos alunos da 5^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e da 1^a e 3^a séries do Ensino Médio, em relação às disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, no período de 2007 a 2009?

A partir da problematização toda pesquisa dos dados coletados foram analisados, de forma a manter sua veracidade com a teoria encontrada, levantando um problema que desperte a curiosidade do pesquisador e determine o seu estudo, onde o pesquisador no decorrer do trabalho encontrará soluções aos seus problemas ou não. O mais importante é o espírito curioso, criativo, inquieto, reflexivo do investigador.

Nas pesquisas educacionais segundo Lüdke e André (2008) os fatos e os dados não se revelam diretamente para o pesquisador.

Os fatos, os dados não se revelam gratuita e diretamente nos olhos do pesquisador. Nem este os enfrenta desarmado de todos os seus princípios e pressuposições. Ao contrario, é a partir da interrogação que ele faz aos dados, baseada em tudo que ele conhece do assunto – portanto, em toda teoria acumulada a respeito -, que vai construir o conhecimento sobre o fato pesquisado. (LÜDKE e ANDRÉ, 2008, p. 4)

Após anos de insatisfação com os resultados da pesquisa educacional os pesquisadores deixaram as análises experimentais de lado e começaram a considerar a observação do participante através de entrevistas, sendo complementadas com a análise documental.

Na pesquisa quantitativa, segundo Triviños (2001) a coleta de dados emprega técnicas estatísticas, de forma estruturada, através de questionários, entrevistas, escalas.

Na pesquisa quantitativa a coleta de dados realiza-se através de instrumentos que são construídos empregando técnicas estatísticas. Os questionários, as entrevistas, as escalas, entre outros, são estruturados, e se determina neles, estatisticamente, não só validade linguística e validade de conteúdo, que também podem ser empregadas nos instrumentos da pesquisa qualitativa, mas também se cuida que os instrumentos sejam válidos em sua totalidade e em cada uma de suas perguntas ou itens. (TRIVIÑOS, 2001, p.85)

Na pesquisa qualitativa como Triviños (2001) relata pode-se fazer uso da pesquisa quantitativa, mas de forma a validar todas as perguntas ou itens, a seguir alguns instrumentos utilizados na pesquisa:

A *entrevista semi-estruturada*, com um conjunto de perguntas que aponta fundamentalmente para a medula que preocupa o investigador, é uma das ferramentas que utiliza a pesquisa qualitativa para alcançar seus objetivos. [...]

A *observação semidirigida* [...] o objetivo é observar alguns traços que interessam ao investigador. Porém, o pesquisador deverá estar atento a toda manifestação que possa enriquecer os objetivos que persegue no estudo, ou que sugiram a formulação de novas hipóteses.

O *questionário aberto* se emprega em momentos iniciais da pesquisa, quando o pesquisador deseja recolher informações variadas, amplas, de um número considerável de sujeitos. [...]

O *grupo de discussão* que pretende alcançar, no final, um ponto de vista comum, um consenso geral, sobre o assunto problema e o que não busca consenso é o grupo ideológico que pretende dar a entender com clareza o respeito pelas diferenças que possam ter as pessoas frente a um mesmo problema.[...]

A *entrevista aprofundada* é empregado para estudar histórias de vida. (TRIVIÑOS, 2001, p.85-90)

Fazendo uma comparação entre as pesquisas quantitativas e qualitativas, temos na primeira os instrumentos de pesquisa estruturados, que buscam os esclarecimentos das hipóteses em todos os aspectos, sendo submetidos a rigorosos processos estatísticos e envolvendo volume de dados significativos; já as pesquisas qualitativas têm início a partir de uma estrutura básica, que no decorrer do processo poderão ser alteradas a partir do levantamento de novas hipóteses ou a partir das respostas, atitude ou comportamentos dos sujeitos analisados. As pesquisas de tipo qualitativo buscam aprofundar conceitos ou significações para certo grupo de indivíduos, sendo consideradas pesquisas mais difíceis em função a complexidade dos dados e das análises que devem ser desenvolvidas a partir dos mesmos

A seguir, no capítulo 4, será feita a apresentação e análise de todos os dados coletados sobre a avaliação institucional desta Escola nas séries e períodos indicados, envolvendo sua caracterização, os índices de avaliação, alguns comentários e considerações finais.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Cônego Scherer que está situado na Rua Sergipe nº 200, no Bairro Parque 35, na Cidade de Guaíba, tendo sido criado em 28 de julho de 1955, quando iniciou suas atividades como Ginásio Estadual Cônego Scherer, nas dependências do atual Instituto de Educação Gomes Jardim, até que o prédio onde funciona atualmente ficasse pronto em 1957.

O nome da Escola foi dado em homenagem ao falecido Cônego Nicolau Estanislau Scherer, que nasceu em 23 de dezembro de 1887 no município de Bom Princípio e que em 1916 foi nomeado vigário de Pedras Brancas, hoje atual cidade de Guaíba. Seu decreto de criação é de 28 de julho de 1955, quando iniciou suas atividades como Ginásio Estadual Cônego Scherer. A partir de 1982, foi reorganizada com a designação de Escola Estadual Cônego Scherer e em 1986 recebeu portaria de autorização e funcionamento de séries iniciais e sua designação passou a ser Escola Estadual de 1º grau Cônego Scherer (com turmas de 1ª a 8ª série).

Em 1997, com a autorização de funcionamento de 2º grau tornou-se Escola Estadual de 1º e 2º graus Cônego Scherer até o ano de 2000, onde novo parecer de alteração de designação estabeleceu o nome atual Colégio Estadual Cônego Scherer. Atualmente, o Colégio funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, atendendo no corrente ano um total de 1.200 alunos, 43 professores e 14 funcionários, com 14 salas de aula, 2 laboratórios de informática, 2 salas de vídeo, biblioteca informatizada, refeitório e salão de eventos. A equipe diretiva da escola é constituída de professores graduados como o Diretor, três Vice-diretoras, uma assistente financeiro, duas Orientadoras Educacionais e duas Supervisoras Educacionais.

Pelo Regimento Escolar a avaliação da Escola, como um todo, é dada ênfase especial à atuação educacional do Corpo Docente, Equipe Diretiva e demais Serviços:

- A Escola procede, periodicamente, à avaliação de todas as suas realizações, face aos objetivos e Filosofia expressos no Projeto Pedagógico da Escola.
- A avaliação da Escola envolve duas etapas:
 - a) Avaliação interna de cada atividade, Serviço ou Instituição;
 - b) Avaliação global.
- Os resultados da avaliação da Escola como um todo, dependendo dos períodos de sua realização, servem de base para o replanejamento de suas ações no decorrer do ano letivo, bem como à elaboração do Projeto Pedagógico da Escola para o ano letivo seguinte.
- A avaliação da Escola será realizada por todos os segmentos da comunidade escolar, ao final de cada período letivo. (RIO GRANDE DO SUL, 2004, p. 9)

A Escola no Projeto Político-Pedagógico, Rio Grande do Sul (2002), tem como filosofia e objetivo geral:

A Escola tem por filosofia a valorização do indivíduo que constrói seu conhecimento científico, juntamente com o cultivo de seus sentimentos de justiça, amor ao próximo, valorização da vida e da liberdade. O objetivo geral é proporcionar ao educando um processo contínuo de aprendizagem, para que através de formas diversificadas de atuação que valorizem os aspectos sócio-culturais, éticos e morais, lhe permita traçar por si só, as diretrizes de sua existência. (RIO GRANDE DO SUL, SEC/RS, Colégio Estadual Cônego Scherer, PPP, 2002, p. 11-12).

Os dados acerca dos resultados da avaliação externa desta Escola serão assim apresentados: primeiro temos a apresentação e a análise das avaliações externas realizadas no Colégio nos anos de 2007 e 2009, envolvendo: o IDEB, o ENEM e o SAERS; e, num segundo momento, os índices de aprovação e reprovação dos alunos nos anos letivos de 2007 a 2009 (geral e nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, nas 5^a e 8^a séries do EF e na 1^a e 3^a séries do EM) retirado do PROCERGS-ESCOLA.

O IDEB é uma avaliação em nível nacional, e neste trabalho será analisado os resultados obtidos em 2007 e 2009 em nível de Brasil, do Estado, do município Guaíba e do Colégio Estadual Cônego Scherer, no EF e EM, sendo comparados os dados obtidos na rede estadual e suas projeções para o período.

TABELA 3 – IDEB em nível nacional – Ensino Fundamental (5^a a 8^a série)

Ensino Fundamental Regular - Anos Finais (5ª a 8ª série)											
IDEB e Projeções – Brasil - 2007 e 2009											
Brasil	Rede	IDEB 2007	IDEB 2009	Projeções							
				2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	Total	3,8	4,0	3,5	3,7	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Brasil	Pública	3,5	3,7	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2
Brasil	Privada	5,8	5,9	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1	7,3
Brasil	Municipal	3,4	3,6	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1
Brasil	Estadual	3,6	3,8	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3

Fonte: <http://portalideb.inep.gov.br> - jul/2010.

Na TABELA 3, em nível de Brasil nos anos finais do EF, tem-se os índices atuais e as projeções até 2021. Observa-se que as redes estadual e municipal tiveram um aumento de 0,2 ponto, superando assim as projeções dos respectivos anos, mas comparando com a rede privada que possui índices de 5,8 e 5,9, em 2007 e 2009 respectivamente, verifica-se uma diferença aproximada de 2,2 pontos com a rede pública, assim o que a rede pública alcançou como projeção para 2021 de 5,2, não alcançará o índice atual da privada de 5,9 pontos.

Analisando a TABELA 3, pode-se ver a diferença entre os índices da rede privada e a pública; sabe-se que a rede pública matricula a maior parte dos alunos em idade escolar e que a cada ano aumenta a quantidade de alunos na rede, mas ocorre uma grande defasagem financeira, pois aumenta a quantidade de alunos matriculados e os recursos financeiros continuam os mesmos, desta forma, a qualidade da educação e o IDEB são afetados diretamente. Saviani (2009) considera importante a valorização do magistério para melhorar a qualidade da educação e conseqüentemente aumento dos índices. Então, para a Educação brasileira alcançar os índices projetados e assim a qualidade, temos que levar em consideração os recursos financeiros e os recursos humanos.

TABELA 4 – IDEB em nível nacional – Ensino Médio

Ensino Médio Regular											
IDEB e Projeções – Brasil - 2007 e 2009											
Brasil	Rede	IDEB 2007	IDEB 2009	Projeções							
				2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	Total	3,5	3,6	3,4	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2
Brasil	Pública	3,2	3,4	3,1	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
Brasil	Privada	5,6	5,6	5,6	5,7	5,8	6,0	6,3	6,7	6,8	7,0
Brasil	Estadual	3,2	3,4	3,1	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9

Fonte: <<http://portalideb.inep.gov.br>> - jul/2010

Na TABELA 4, em nível de Brasil no EM observa-se que a rede estadual teve um aumento de 0,2 ponto, superando assim as projeções dos respectivos anos, mas comparando com a rede privada com a pública verifica-se uma diferença aproximada de 2,2 pontos, assim o que a rede pública tem como projeção para 2021 de 4,9, não alcança o índice atual da privada de 5,6. Nesta tabela não são fornecidos os dados da rede municipal, pois não possui EM.

Ao analisar as TABELAS 3 e 4, para o Brasil alcançar a meta IDEB até 2021 precisa do esforço de cada rede de ensino e escola em suas metas individuais, estes esforços devem contribuir para a redução das desigualdades na qualidade educacional. O Estado deve aumentar os recursos financeiros para as Escolas e valorizar o magistério com aumento de salários e redução para 50% de horas em sala de aula, para que este possa se dedicar com: planejamento, aulas de reforço, reuniões pedagógicas, uso de tecnologias, maior interação com a Escola e sua comunidade escolar, mas mesmo assim não é garantia para alcançarmos os índices projetados.

TABELA 5 – IDEB em nível de regiões – Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)

Ensino Fundamental Regular - Séries Finais (5ª a 8ª série)											
IDEB e Projeções – Rio Grande do Sul - 2007 e 2009											
Região/ Unidade da Federação	Rede	IDEB 2007	IDEB 2009	Projeções							
				2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
RS	Total	3,9	4,1	3,9	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
RS	Estadual	3,7	3,8	3,5	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
RS	Privada	5,7	5,8	6,1	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,3	7,5

Fonte: <<http://portalideb.inep.gov.br>> - jul/2010

TABELA 6 – IDEB – Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) – Nota Média do Brasil

SÉRIES FINAIS, 5ª A 8ª SÉRIE

Nota média do Brasil: 4,0

Posição	Estado	Ideb 2009	Ideb 2007	Meta 2011
1º	Santa Catarina	4,5	4,3	4,7
2º	Distrito Federal	4,4	4,0	4,3
3º	Minas Gerais	4,3	4,0	4,2
	Mato Grosso	4,3	4,1	3,5
	Paraná	4,3	4,2	4,0
4º	Rio Grande do Sul*	4,1	3,9	4,3

*Empatado com Acre, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul

Fonte: <<http://zerohora.clicrbs.com.br>> - 05/07/2010

Na TABELA 5, em nível de Rio Grande do Sul nos anos finais do EF observa-se que a rede estadual teve um aumento de 0,1 ponto no IDEB, o mesmo que ocorreu na rede privada, só que na rede privada atualmente tem o índice de 5,7 pontos, enquanto que no Estado a projeção fica abaixo deste percentual, se continuar aumentando 0,1 ponto até 2021 a rede estadual ficará com 4,4 bem abaixo da projeção de 5,5, para chegar ao índice projetado, será necessário um trabalho grande entre o Governo e as Escolas, dando apoio técnico e financeiro. O que deixa o Estado confiante com o IDEB é a mudança da posição nacional

passando de 7º para 4º colocado entre os demais estados, superando a meta de 4,0 para 4,1 pontos, como mostra na TABELA 6.

Nas TABELAS 5 e 6, podemos observar que o IDEB do EF público vêm crescendo, mas num processo lento e contínuo. Em 2009, o RS passa para a quarta posição no Brasil, com os maiores índices, sendo estes índices irrisórios, pois o Ensino da rede Privada é superior ao índice do Estado melhor colocado, que foi Santa Catarina. Assim nos perguntamos o porquê do Ensino Público ter esta defasagem na qualidade da educação, e chegamos as mesmas respostas, que hoje os Gestores das Escolas tem que fazer mágica com os poucos recursos financeiros recebidos e a sobrecarga de horas/aulas dos professores, dificulta uma dedicação exclusiva, pois este para manter um salário digno é docente em várias escolas.

TABELA 7 – IDEB em nível de regiões – Ensino Médio

Ensino Médio Regular											
IDEB e Projeções – Rio Grande do Sul - 2007 e 2009											
Região/ Unidade da Federação	Rede	IDEB 2007	IDEB 2009	Projeções							
				2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
RS	Total	3,7	3,9	3,8	3,9	4,0	4,3	4,6	5,1	5,3	5,5
RS	Estadual	3,4	3,6	3,5	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3
RS	Privada	5,7	5,7	5,8	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1

Fonte: <<http://portalideb.inep.gov.br>> - jul/2010

TABELA 8 – IDEB – Ensino Médio – Nota Média do Brasil

ENSINO MÉDIO

Nota média do Brasil: 3,6

Posição	Estado	Ideb 2009	Ideb 2007	Meta 2011
1º	Paraná	4,2	4,0	3,9
2º	Santa Catarina	4,1	4,0	4,1
3º	Rio Grande do Sul	3,9	3,7	4,0
	Minas Gerais	3,9	3,8	4,1
	São Paulo	3,9	3,9	3,9

Fonte: <<http://zerohora.clicrbs.com.br>> - 05/07/2010

Na TABELA 7, em nível de Rio Grande do Sul, no EM, observa-se que a rede estadual teve um aumento de 0,2 ponto no IDEB; o mesmo não ocorrendo na rede privada, pois se manteve em 5,7 pontos. Mas, mesmo assim, a rede privada tem o índice maior que o projetado para a rede estadual de 5,3 até 2021. Mas o Estado, mesmo com este pequeno aumento na qualidade do Ensino Médio, mudou da 7ª posição para a 3ª posição em nível nacional, se igualando com Minas Gerais e São Paulo, ficando abaixo de Santa Catarina, 2º lugar e do Paraná 1º lugar, como mostra na TABELA 8 apresentada.

Observa-se que o IDEB do EM público, nas TABELAS 7 e 8, vêm crescendo, mas num processo lento e contínuo, em 2009 o RS passa da 7ª para 3ª posição no Brasil, com os maiores índices, sendo estes índices ainda irrisórios, pois o Ensino da rede Privada é superior ao índice do Estado melhor colocado, que foi o Paraná. Assim chegamos à conclusão, de que o Ensino Público tem uma defasagem na qualidade da educação; desta forma as Escolas de EM junto aos seus Gestores devem avaliar suas realizações, objetivos, para a elaboração do PPP da Escola do ano seguinte, visando à qualidade no ensino e o aumento do IDEB, mesmo com os recursos financeiros parcos e a sobrecarga de trabalho do professor.

TABELA 9 – IDEB em nível do município de Guaíba – Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)

Ensino Fundamental Regular - Séries Finais (5ª a 8ª série)											
IDEB e Projeções – Município de Guaíba - 2007 e 2009											
Município	Rede	IDEB Observado		Metas Projetadas							
		2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
GUAÍBA	Estadual	3.5	3.7	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6
GUAÍBA	Municipal	3.8	4.1	3.7	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7
GUAÍBA	Pública	3.6	3.9	3.7	3.8	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6

Fonte: <<http://portalideb.inep.gov.br>> - jul/2010

Na TABELA 9, em nível do município de Guaíba nos anos finais do EF, observa-se que a rede estadual teve um aumento de 0,2 ponto no IDEB, enquanto que na rede municipal da cidade aumentou 0,3 e se continuar assim o índice em 2021 alcançará 6,0 pontos, atingindo a meta nacional, mas na rede estadual como o índice está aumentando lentamente é bem provável que em 2021 a rede não alcançará a projeção de 5,6 pontos.

Observando que o IDEB do EF anos finais da Tabela 9 podemos ver que o aumento do IDEB é quase irrisório na rede estadual e que se continuar assim, em 2021 a Rede Estadual não alcançará a projeção de 5,6 pontos, para melhorar este índice a rede terá um trabalho árduo junto ao Estado, às Escolas, aos Gestores das Escolas e com os alunos, desenvolvendo exigindo recursos financeiros e pedagógicos para alcançar as projeções até 2021.

TABELA 10 – IDEB em nível do município de Guaíba – Colégio Estadual Cônego Scherer – Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)

Ensino Fundamental Regular - Séries Finais (5ª a 8ª série)										
IDEB e Projeções – Município de Guaíba - 2007 e 2009										
Colégio Estadual Cônego Scherer	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	3.5	4.2	3.2	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Fonte: <<http://sistemasideb.inep.gov.br>> jul/2010

Na TABELA 10, observa-se no IDEB do EF séries finais do Colégio Estadual Cônego Scherer um acréscimo significativo de 3,5 para 4,2 pontos, aumentando 0,7 ponto e isto só pode ser observado após a elaboração e implementação do PDE na Escola a contar de 2008, sendo seguidas as seguintes etapas:

1ª Preparação: etapa em que a escola se organiza para a elaboração do PDE, define os passos para serem seguidos, identifica as responsabilidades, promove o estudo do manual e divulga o processo a toda comunidade escolar.

2ª Análise Situacional: etapa em que é efetuado levantamento sistemático de dados e informações sobre a qualidade da escola em diferentes aspectos. [...] A auto-avaliação é condição indispensável para que a escola possa elaborar sua visão estratégica e seu plano de suporte estratégico.

3ª Definição da visão estratégica e do plano de suporte estratégico: etapa de elaboração da visão estratégica (valores, visão do futuro, missão e objetivos estratégicos da escola) e do plano de suporte estratégico (estratégias, metas e planos de ação), para a implementação dos objetivos estratégicos.

4ª Execução: etapa em que os planos de ação estabelecidos pela escola são implementados.

5ª Acompanhamento e controle da execução: etapa de verificação da execução dos planos de ação, dos resultados alcançados e da adoção de medidas corretivas, quando necessário. (BRASIL, PDE, 2006, p. 23-24)

A Escola para alcançar o sucesso na qualidade escolar utiliza-se de instrumentos de avaliação constante, como: o ensino e aprendizagem; o clima escolar; a participação dos pais e da comunidade nas tomadas de decisões; a gestão de pessoas; a gestão de processos; a infra-estrutura e a análise dos resultados – desempenho da escola.

A partir do Plano de Desenvolvimento da Escola foi selecionado o conjunto de metas e ações financiáveis, que visa auxiliar a escola na melhoria da aprendizagem dos alunos e do IDEB, promovendo acessibilidade aos prédios escolares, a informatização da Escola, a implementação da educação integral, ampliação de atividades oferecidas aos alunos e à comunidade aos finais de semana e o fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Outra avaliação a nível nacional é o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, do qual a Escola teve o maior número de participantes em 2009, mas em relação às médias ficou em 4º lugar dentre as escolas estaduais de Guaíba.

Em nível estadual, temos o SAERS como instrumento de avaliação, que é uma ferramenta do governo atual (2007-2010) para avaliar o ensino no Rio Grande do Sul, tendo início no próprio ano de 2007. Abaixo, temos as TABELAS que serão analisadas de 2007 a 2009, da 5ª série (6º ano) do EF e da 1ª série do EM, em Matemática e Língua Portuguesa:

TABELA 11 – SAERS – Rede Estadual

SAERS – Rede Estadual						
DISCIPLINA	Matemática			Língua Portuguesa		
ANO	2007	2008	2009	2007	2008	2009
5ª SÉRIE (6º ANO) ENSINO FUNDAMENTAL	211,0	214,0	218,7	202,4	200,4	207,5
1ª SÉRIE ENSINO MÉDIO	263,0	260,8	263,1	249,8	251,0	252,7

Fonte: <<http://www.educacao.rs.gov.br>> - jul/2010

TABELA 12 – SAERS – Nível de desempenho da 1ª série do Ensino Médio – CRE

NÍVEIS DE DESEMPENHO 1ª SÉRIE ENSINO MÉDIO – CRE GUAÍBA %												
DISCIPLINA	ABAIXO DO BÁSICO			BÁSICO			ADEQUADO			AVANÇADO		
	Abaixo de 240			240-315			315-365			Acima de 365		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
MAT.	31,7	36,2	32,7	59,0	56,9	59,2	8,8	6,6	7,6	0,4	0,3	0,5
	Abaixo de 210			210-285			285-335			Acima de 335		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
	L. P.	19,1	19,1	15,1	60,6	61,3	64,5	18,6	18,4	18,5	1,8	1,3

Fonte: Rio Grande do Sul (2009, p.13).

Na TABELA 11, observa-se a média obtida pelos alunos no SAERS, dentro do Estado do RS, na 5ª série do EF e na 1ª série do EM, em 2009. A maior parte dos alunos do EM - 60% - permanece no nível básico, como mostra na TABELA 12, em Matemática e Língua Portuguesa, no nível adequado em Matemática somente 7,6%

dos alunos alcançam a média e em Português a média adequada é alcançada por 18,5% dos alunos.

Analisando as Tabela 11 e 12, podemos ver que 60% dos alunos estão no nível básico de conhecimento, nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, para melhorar o desempenho dos alunos do nível básico para o adequado é importante ser colocado que a aprendizagem do aluno é progressiva a cada série o seu conhecimento vai aumentado, assim quando o aluno chega na 1ª série do EM este deve ter uma carga de conhecimento e de vivência trazida dos anos anteriores, desta forma esta avaliação deveria abranger todas as séries do EF e do EM, com isso a avaliação seria série por série, podendo assim ter um acompanhamento mais detalhado das dificuldades de cada aluno.

TABELA 13 – SAERS – Nível de desempenho da 1ª série do Ensino Médio – Colégio Estadual Cônego Scherer

NÍVEIS DE DESEMPENHO 1ª SÉRIE ENSINO MÉDIO – CÔNEGO SCHERER %												
DISCIPLINA	ABAIXO DO BÁSICO			BÁSICO			ADEQUADO			AVANÇADO		
	Abaixo de 240			240-315			315-365			Acima de 365		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
MAT.	32,8	36,5	37,5	61,0	58,7	55,4	5,9	4,8	7,1	0,3	0,0	0,0
	Abaixo de 210			210-285			285-335			Acima de 335		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
L. P.	22,9	22,6	13,8	59,8	56,7	66,7	16,0	19,2	17,9	1,3	1,4	1,7

Fonte: Rio Grande do Sul (Boletim [...]. SAERS, 2009, p.13).

Interpretando os dados das TABELAS 12 e 13, observa-se, que a maioria dos alunos avaliados permanecem no nível de desempenho básico, desta forma as habilidades obtidas pelos alunos em Língua Portuguesa neste nível são:

Demonstram já terem começado um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontram. Além das habilidades apresentadas no padrão de desempenho anterior, esses alunos conseguem inferir o sentido de uma expressão metafórica, reconhecer o efeito de sentido do uso de recursos morfossintáticos e de notações, identificar gênero, função e destinatário de textos diversos, bem como já desenvolveram habilidades que lhes permitem estabelecer relações entre as partes de um texto. Contudo, para esse grupo de alunos, é importante o investimento de esforços para que possam desenvolver habilidades de leitura mais elaboradas, associadas, por exemplo, à realidade de inferência, comparação de textos e identificação de posicionamentos. (RIO GRANDE DO SUL, SAERS, 2009a, p.39).

As habilidades obtidas pelos alunos em Matemática no nível básico são:

Associar uma trajetória, representada em um mapa, à sua descrição textual. Localizar números inteiros e números racionais, positivos e negativos, na forma decimal, na reta numérica. Resolver problemas de contagem em uma disposição retangular, envolvendo mais de uma operação. Identificar a planificação de um cubo e de um cilindro em situação contextualizada. Reconhecer e aplicar, em situações simples, o conceito de porcentagem. Reconhecer e efetuar cálculos com ângulos retos e não-retos. Ler tabelas de dupla entrada e reconhecer o gráfico de colunas correspondentes, mesmo quando há variáveis representadas. Efetuar cálculos de números inteiros positivos que requerem o reconhecimento do algoritmo da divisão inexata. Localizar pontos no plano cartesiano. Calcular volumes por meio de contagem de blocos. Identificar equações e sistemas de equações de primeiro grau que permitem resolver problemas. Calcular o valor numérico de uma expressão algébrica simples. Reconhecer o gráfico de linhas correspondente a uma sequência de valores ao longo do tempo (com valores positivos e negativos). Identificar fração como parte de um todo, sem apoio da figura. Calcular o valor numérico de uma expressão algébrica, incluindo potenciação. Identificar a localização aproximada de números inteiros não ordenados, em uma reta em que a escala não é unitária. Solucionar problemas de cálculo de área com base em informações sobre os ângulos de uma figura. (RIO GRANDE DO SUL, SAERS, 2009b, p.39).

A partir daqui, passaremos a analisar os dados obtidos das TABELAS 14, 15, 16 E 17, que indicam o percentual de aprovação e reprovação dos alunos na Escola, sendo apresentados os índices de reprovação em Matemática, Língua Portuguesa e total, nos anos de 2007 a 2009, da 5^a e 8^a séries do EF e da 1^a e 3^a série do EM, que foram pesquisados no PROCERGS-ESCOLA.

TABELA 14 – Banco de Dados – Colégio Estadual Cônego Scherer - 5ª Série do Ensino Fundamental

COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO SCHERER - 5ª Série do Ensino Fundamental									
	2007			2008			2009		
	Mat	Por	Total	Mat	Por	Total	Mat	Por	Total
Aprovados	77%	86%	77%	96%	96%	96%	85%	89%	85%
Reprovados	23%	14%	23%	4%	4%	4%	15%	11%	15%
Total Matrículas	22			24			27		

Fonte: PROCERGS-ESCOLA.

Na TABELA 14, tem-se o demonstrativo do percentual de aprovação na 5ª série EF, sendo que o índice de reprovação em Matemática e a total são iguais, sendo que em Língua Portuguesa o índice de reprovação é menor, conclui-se que os alunos tem mais dificuldade em Matemática e que no percentual total de alunos reprovados todos ficam na disciplina.

Segundo Fiorentini e Miorim (2010), o fato dos alunos terem dificuldade na disciplina de Matemática é por não conseguirem entender e por não saber onde utilizar o conhecimento adquirido em sala de aula, fato este que muitas vezes nem o professor sabe.

As dificuldades encontradas por alunos e professores no processo ensino-aprendizagem da matemática são muitas e conhecidas. Por um lado, o aluno não consegue entender a matemática que a escola lhe ensina, muitas vezes é reprovado nesta disciplina, ou então, mesmo que aprovado, sente dificuldades em utilizar o conhecimento "adquirido", em síntese, não consegue efetivamente ter acesso a esse saber de fundamental importância. (FIORENTINI e MIORIM, 2010, p. 1)

Desta forma, a qualificação dos professores é inevitável, através de reuniões pedagógicas por áreas, onde deve ocorrer a troca de idéias entre os professores, a disponibilização de horário para a realização de cursos de capacitação, motivação para a realização, participação e organização de projetos dentro e fora da Escola.

TABELA 15 – Banco de Dados – Colégio Estadual Cônego Scherer - 8ª Série do Ensino Fundamental

COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO SCHERER - 8ª Série do Ensino Fundamental									
	2007			2008			2009		
	Mat	Por	Total	Mat	Por	Total	Mat	Por	Total
Aprovados	80%	80%	80%	55%	63%	55%	77%	87%	79%
Reprovados	20%	18%	20%	45%	38%	45%	21%	11%	21%
Total Matrículas	65			60			53		

Fonte: PROCERGS-ESCOLA.

Na TABELA 15, tem-se o demonstrativo do percentual de aprovação na 8ª série EF, sendo que o índice de reprovação em Matemática e a total são iguais, enquanto que em Língua Portuguesa é sempre menor, conclui-se que os alunos tem mais dificuldade em Matemática e o total de alunos reprovados ficam na disciplina.

Na 8ª série como mostra na TABELA 15, observa-se que os percentuais de reprovação são parecidos com os alunos da 5ª série, pois reprovam mais em Matemática do que em Língua Portuguesa, como comentado anteriormente é no decorrer das séries que o conhecimento é adquirido gradualmente, se o aluno não consegue acompanhar os conteúdos e começa a ter dificuldades como por exemplo, em Matemática e Português, que estão interligadas por necessitarem da leitura e da interpretação das linguagens, este aluno tem como mérito a reprovação e assim decorre ao sucessivo fracasso escolar.

Voltando ao mesmo ponto, o professor com salários melhores, trabalhando menos, vai ter mais tempo para se dedicar a projetos e oficinas de reforço aos alunos com dificuldades, assim diminuindo o fracasso escolar.

A seguir, será feita a análise das tabelas (16 e 17), que se referem aos percentuais de reprovação, no EM, do Colégio Estadual Cônego Scherer, de 2007 a 2009.

TABELA 16 – Banco de Dados – Colégio Estadual Cônego Scherer - 1ª Série do Ensino Médio

COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO SCHERER - 1ª Série do Ensino Médio									
	2007			2008			2009		
	Mat	Por	Total	Mat	Por	Total	Mat	Por	Total
Aprovados	76%	83%	72%	66%	81%	59%	62%	81%	58%
Reprovados	24%	18%	28%	34%	19%	41%	38%	19%	42%
Total Matrículas	370			331			332		

Fonte: PROCERGS-ESCOLA.

Na TABELA 16, tem-se o demonstrativo do percentual de aprovação na 1ª série do EM, sendo que o índice de reprovação total é maior na disciplina de Matemática do que em Língua Portuguesa, mas mesmo assim a campeã de reprovação é Matemática e no decorrer dos anos analisados o índice de reprovação vem aumentando.

Nos índices de reprovação das turmas, observa-se que na 1ª série do EM ocorre o maior índice de reprovação da Escola, este motivo é devido à clientela variada de diversos bairros do município de Guaíba e de outros municípios próximos, diversificando as características e necessidades da comunidade escolar, fazendo com que esta se mostre pouco envolvida no processo educativo, ficando as decisões e iniciativas em relação a tudo que envolve este processo, a cargo da administração escolar e dos profissionais que nela atuam.

Comparando o percentual de reprovação da 8ª série do EF com os da 1ª série do EM, observa-se um aumento significativo nas reprovações, e temos a realidade da Escola como fator predominante nestes índices, pois os alunos da 1ª série do EM são alunos de Escolas e bairros variados, que sofrem uma mudança brusca de ambiente tanto físico como humano, afetando assim seu desempenho escolar, ocorrendo assim a reprovação.

TABELA 17 – Banco de Dados – Colégio Estadual Cônego Scherer - 3ª Série do Ensino Médio

COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO SCHERER - 3ª Série do Ensino Médio									
	2007			2008			2009		
	Mat	Por	Total	Mat	Por	Total	Mat	Por	Total
Aprovados	92%	93%	88%	93%	100%	90%	94%	94%	92%
Reprovados	9%	6%	12%	7%	3%	10%	3%	2%	8%
Total Matrículas	243			166			201		

Fonte: PROCERGS-ESCOLA.

Na TABELA 17, tem-se o demonstrativo do percentual de aprovação na 3ª série do EM, sendo que o índice de reprovação total é maior na disciplina de Matemática do que em Língua Portuguesa, mas mesmo assim a campeã de reprovação é a Matemática e no decorrer dos anos analisados o índice de reprovação vem diminuindo.

Comparando o percentual de reprovação da 1ª série com o da 3ª série do EM, observa-se uma redução significativa nas reprovações, pois na 1ª série temos uma realidade na Escola e na 3ª série outra, os alunos da 3ª série do EM são alunos na grande maioria que já se adaptaram a estrutura, a organização e as regras da Escola, assim possibilitando um maior interesse, comprometimento e maturidade do aluno em relação a aprendizagem, reduzindo assim a reprovação.

A Escola, para melhorar o ensino-aprendizagem dos alunos, desenvolve um trabalho em nível de projetos, onde ocorre a integração da comunidade escolar, a valorização do meio ambiente, o respeito e amor ao próximo são instrumentos de trabalho, formando pessoas que respeitem e defendam o ser humano na sua dignidade, acreditando nos direitos individuais e sociais, e que sejam capazes de fazer opções e relacionar a construção do bem comum à sua auto-realização. E para que isso ocorra é necessário que todos os educadores e demais membros da Escola realizem um trabalho conjunto e constante sobre: as metodologias utilizadas, a realidade curricular, a análise crítica, a construção de espaços de confiança, cultivando e respeitando diferenças.

A prova de que a Escola está alcançando seu objetivo de proporcionar ao aluno um processo contínuo de aprendizagem encontra-se no IDEB de 5ª a 8ª séries, que obteve um acréscimo de 0,7 ponto, pois o trabalho para melhorar a

qualidade na educação deve dar início no EF e dar continuidade no EM; o que mostra a veracidade do comentário é a redução do percentual de reprovação na 3ª série do EM.

O que ainda preocupa bastante os professores e a direção em reuniões pedagógicas nesta Escola é o índice de dificuldade e reprovação em Matemática e em Língua Portuguesa; por isso, a Escola busca melhorias na aquisição de conhecimentos e habilidades por parte dos alunos, objetivando uma proposta pedagógica bem elaborada, planejamento adequado, métodos pedagógicos produtivos, estratégias de ensino, práticas educacionais e avaliação da aprendizagem, material didático e pedagógico em quantidade e qualidade suficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivos investigar, coletar, organizar, sistematizar e comparar dados estatísticos sobre a avaliação institucional do Colégio Estadual Cônego Scherer, Guaíba – RS. No que se refere aos índices da Escola em relação aos indicadores de avaliação externa, incluindo o IDEB, o CENSO ESCOLAR, o SAEB, o ENEM e o SAERS e comparando o desempenho da escola com os índices gerais, na 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, e na 1ª e 3ª séries do Ensino Médio; e os índices de aprovação e reprovação gerais; nas disciplinas de Matemática e Português do banco de dados da Escola, sendo armazenado, organizado e sistematizado pelo PROCERGS, no período de 2007 a 2009.

A Escola foi escolhida por fazer parte da vida profissional da pesquisadora, por possuir vínculo empregatício com a Instituição e por buscar junto com a comunidade escolar a qualidade da educação da mesma. O estudo foi desenvolvido tendo como metodologia o estudo de caso e como problematização: *qual o diagnóstico que os índices obtidos pelo Colégio Estadual Cônego Scherer na avaliação externa oferecem sobre o desempenho escolar dos alunos da 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 1ª e 3ª séries do Ensino Médio, em relação às disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, no período de 2007 a 2009?*

Com o espírito curioso, a pesquisadora no decorrer do trabalho, encontrou no material de pesquisa respostas para suas inquietações em relação aos índices de avaliação externa, os percentuais de reprovação nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa nas séries já informadas no parágrafo anterior.

Na análise do IDEB encontrado, pode-se ver a diferença entre os índices da rede privada e a pública, e entre a rede estadual, municipal e privada. Sabe-se que a rede pública matricula a maior parte dos alunos em idade escolar e que a cada ano aumenta a quantidade de alunos nesta rede, mas que ocorre uma grande defasagem financeira, pois aumenta a quantidade de alunos matriculados e os recursos financeiros continuam os mesmos, de acordo com o Censo Escolar do ano anterior; desta forma, a qualidade da educação e o IDEB são afetados diretamente.

Para o Brasil alcançar a meta do IDEB até 2021, é preciso um esforço conjunto com o Estado, as redes de ensino e as escolas com suas metas individuais; estes esforços devem contribuir para a redução das desigualdades na qualidade educacional, desde que o Estado aumente os recursos financeiros para as Escolas e valorizar o magistério com aumento de salários e redução para 50% de horas em sala de aula, para que este possa se dedicar com: planejamento, aulas de reforço, reuniões pedagógicas, uso de tecnologias, maior interação com a Escola e sua comunidade escolar, mas mesmo assim não é garantia para alcançarmos os índices projetados.

O IDEB vêm crescendo no RS tanto no EF como no EM, num processo lento e contínuo; em 2009 o EF no RS passa de 7ª para a 4ª posição e o EM passa da 7ª para 3ª posição no Brasil, mas o Estado está longe de atingir as projeções para 2021.

Outra avaliação a nível nacional é o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, no qual a Escola teve o maior número de participantes em 2009, mas em relação às médias, esta ficou em 4º lugar dentre as escolas estaduais de Guaíba.

Em nível estadual, tivemos o SAERS, do qual 60% dos alunos estão no nível básico de conhecimento, nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, para melhorar o desempenho dos alunos do nível básico para o adequado é importante ser colocado que a aprendizagem do aluno é progressiva a cada série o seu conhecimento vai sendo adquirido, assim quando o aluno chega na 1ª série do EM este deve ter uma carga de conhecimento e de vivência trazida das séries anteriores.

Importante salientar, segundo Fiorentini e Miorim (2010), é que o fato dos alunos terem dificuldade na disciplina de Matemática é por não conseguirem entender e por não saberem onde utilizar o conhecimento adquirido em sala de aula. Por isso, a importância da valorização dos professores e de sua qualificação, através de reuniões pedagógicas por áreas, onde deve ocorrer a troca de idéias entre os professores, a disponibilização de horário para a realização de cursos de capacitação, motivação para a realização, participação e organização de projetos dentro e fora da Escola.

No percentual de reprovação da Escola, observa-se que na 1ª série do EM ocorre o maior índice de reprovação da Escola, este motivo é devido à clientela

variada de diversos bairros do município de Guaíba e de outros municípios próximos, diversificando as características e necessidades da comunidade escolar, fazendo com que esta se mostre pouco envolvida no processo educativo, ficando as decisões e iniciativas em relação a tudo que envolve este processo, a cargo da administração escolar e dos profissionais que nela atuam.

Comparando o percentual de reprovação da 1ª série com o da 3ª série do EM, observa-se uma redução significativa nas reprovações, entre 2007 a 2009, pois na 1ª série temos uma realidade na Escola e na 3ª série outra, os alunos da 3ª série do EM são alunos na grande maioria que já se adaptaram a estrutura, a organização e as regras da Escola, assim possibilitando um maior interesse, comprometimento e maturidade do aluno em relação a aprendizagem, reduzindo assim a reprovação.

A partir do Plano de Desenvolvimento da Escola, foi selecionado o conjunto de metas e ações financiáveis, através de uma Gestão Democrática e Gestão Escolar para auxiliar a escola na melhoria da aprendizagem dos alunos e do IDEB. Para promover o sucesso da aprendizagem, a escola utiliza instrumentos de avaliação constante, trabalha com projetos, a valorização do meio ambiente e o uso de metodologias adequadas.

Este trabalho foi muito importante para a aprendizagem da pesquisadora, pois após muitas leituras, pesquisas, análises, comparações, conversas, discussões, momentos de dificuldades, falta de idéias; a mesma buscou cada vez mais superar os obstáculos do seu caminho, pesquisando mais ainda e pedindo ajuda sempre que necessário.

A pesquisa realizada sempre poderá ser analisada novamente, pois o alunado da Escola muda anualmente, o mesmo acontecendo com seus índices de avaliação. Ainda podemos ampliar esta coleta de dados de forma quantitativa, buscando os dados sócio-econômicos dos alunos, suas zonas de residência, escolas de origem, idade e sexo, nível de escolaridade dos pais; assim teríamos uma melhor análise sobre os índices de reprovação.

Desta forma, o trabalho de pesquisa realizado sobre avaliação institucional, pode oportunizar para o Colégio Estadual Cônego Scherer, em Guaíba/RS, uma reflexão e busca de novos métodos e técnicas para melhorar a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Como elaborar o PDE da escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz.** 3ª Ed. Brasília: FUNDESCOLA/ DIPRO/ FNDE/ MEC, 2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.** BRASIL: MEC, abril/2007.

_____. DECRETO Nº 6.094. **A implementação do plano de metas Compromisso Todos pela Educação.** Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: jul/2010a.

_____. **Conferência nacional de educação. Construindo o sistema nacional articulado de educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação.** CONAE. Brasília: MEC, 2010b.

_____. **Portaria Normativa Nº 4.** Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. 11/02/2010. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/pdf/portaria4_enem_certificacao_ensino_medio.pdf>. Acesso em: jul/2010c.

_____. **O fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação.** FUNDEB. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>>. Acesso em: Jul/2010d.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN/96.** Lei Federal 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: jul/2010e.

_____. **Plano de Ações Articuladas – PAR.** Brasil: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=235>. Acesso em: jul/2010f.

_____. **Plano Nacional de Educação – PNE.** Brasil: MEC, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: jul/2010g.

DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. **Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades.** In: Currículo sem Fronteiras, v.9, n.2, p. 258-285, Jul/Dez 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/drabach-mousquer.pdf>>. Acesso em: jul/2010.

FIORENTINI, Dario; MIORIM, Maria Ângela. **Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no Ensino da Matemática**. Publicado no Boletim SBEM-SP. Ano 4 - nº 7. Disponível em: <http://proftina.pbworks.com/f/Uma+reflexão+sobre+o+uso+de+materiais+concretos+e+jogos+no+Ensino+da+Matemática.doc>. Acesso em: Nov/2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Coordenadores). **Anais / Seminário de pesquisa: trabalho de políticas públicas de educação: projetos em disputa na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UFF, UERJ e EPSJV, 2007.

GUARESCHI, Neuza; COMUNELLO, Luciele Nardi ; NARDINI, Milena; HOENISCH, Júlio César. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Orgs: 2004, Ed: EDIPUCRS, Porto Alegre.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Maria José Rocha; DIDONET, Vital (orgs.). **Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB: avanços na universalização da educação básica**. Brasília: Inep/Mec, 2006.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa (orgs.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

LÜDKE, Marli; ANDRÉ, Marli E.D.A.. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2008, 11ª edição.

MINAYO, Cecília S., GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências In: **Revista brasileira de política e administração da educação - RBPAE**. Porto Alegre: Editora Maria Beatriz Luce, 2009, v. 25, n. 2, p. 197- 210, mai/ago.

PERONI, Vera Maria Vidal. Perspectivas da gestão democrática da educação: avaliação institucional In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso (orgs.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p.150-155.

_____, Vera Maria Vidal. As políticas educacionais em tempos de mercadificação de tudo. 2006 In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva; OYARZABAL, Graziela Macuglia; BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **A formação de professores para educação básica na América Latina: problemas e possibilidades**. Florianópolis: Imprensa Universitária/UFSC, 2009, p.39-50.

_____, Vera Maria Vidal. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. In: **Revista brasileira de política e administração da educação - RBPAE**. Porto Alegre: Editora Maria Beatriz Luce, 2009, v. 25, n. 2, p. 285- 300, mai/ago.

RIBEIRO, J. Q. **Ensaio de uma teoria da administração escolar**. São Paulo: Saraiva, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação – SEC/RS. **Projeto político-pedagógico - PPP**. Colégio Estadual Cônego Scherer. 2002.

_____. Secretaria Estadual de Educação – SEC/RS. **Regimento escolar**. Colégio Estadual Cônego Scherer. 2004.

_____. **Boletim pedagógico da escola. SAERS** – Língua Portuguesa. Secretaria da Educação. 2009/Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED. V.3 (jan/dez, 2009), Juiz de Fora, 2009 – Anual.

_____. **Boletim pedagógico da escola. SAERS** – Matemática. Secretaria da Educação. 2009/Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED. V.3 (jan/dez, 2009), Juiz de Fora, 2009 – Anual.

_____. **Sistema de avaliação do rendimento escolar do RS - SAERS**. Secretaria da Educação Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/saers.jsp?ACAO=acao1>>. Acesso em: jul/2010.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. **Avaliação institucional: elementos para discussão**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u2_eixo1_1.pdf. São Paulo, 1999 Acesso em: ago/2010.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais**. V. 4. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

VIERO, Anézia et al. Aspectos históricos da educação de jovens e adultos na escola e na empresa: alienação e emancipação. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva; BÚRIGO; Carla Cristina Dutra; OYARZABAL, Graziela Macuglia (orgs.). **A formação de professores para educação básica na América Latina: problemas e possibilidades**. Florianópolis: Imprensa Universitária/ UFSC, 2009, p.137-149.

UNICEF. **Conferência mundial sobre Educação para Todos**. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/educacao/programas/edu_programas.php>. Acesso em: jul/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: Pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa – 6ª Ed.** – Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

_____. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: Pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa – 7ª Ed.** – Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

_____. **Projeto político-pedagógico do curso de pós-graduação Lato Sensu especialização em Gestão Educacional**. Santa Maria: jun/2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/espgestao/index_arquivos/noticias1_arquivos/ppp2006.pdf>. Acesso em: jul/2010

ZERO HORA. **Ensino médio gaúcho melhora e RS é o terceiro no ranking nacional**. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2960598.xml>>. Acesso em: jul/2010

ANEXO A – Modelo da autorização da Escola



Estado do Rio Grande do Sul
 Secretaria da Educação
 12ª CRE – Guaíba
 Colégio Estadual Cônego Scherer
 Rua Sergipe, 200 Guaíba/RS
 (51) 3480-1014
 Identificação : 7023



AUTORIZAÇÃO

Eu,, diretora da E. de Ensino, do município de autorizo a publicação dos dados referentes ao(s) tema(s), coletados NESTA ESCOLA ou SOBRE ESTA ESCOLA, junto ao(s)..... (indicar os segmentos), integrantes desta Comunidade Escolar, que foram obtidos no âmbito da pesquisa a ser apresentada no Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em, da Universidade....., intitulado “...” , trabalho este realizado por..... . Esta pesquisa coletou dados no período de ____/____/____ a ____/____/____, tendo por objetivo evidenciar/investigar

Esta autorização para a publicação dos dados coletados é restrita ao âmbito deste trabalho.

- () autorizamos informar o nome da Escola no trabalho.
 () não autorizamos informar o nome da Escola no trabalho.

Sapucaia do Sul, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) responsável pela Direção da Escola
 CARIMBO